

PRODUTOS TERRITORIAIS E INOVAÇÃO

por Vitor de Athayde de Couto* e Livia Liberato de Matos Reis**

1 Introdução

Os impactos sócio-ambientais, decorrentes do padrão produtivista da revolução verde, e as mudanças na base de sustentação do referido paradigma, com destaque para as inovações tecnológicas e organizacionais em curso, têm suscitado muitas discussões em torno do futuro tecnológico e organizacional da agricultura. Desse debate, surgiram duas grandes correntes: a) o paradigma produtivista está apenas passando por adaptações biotecnológicas, genéticas e químico-industriais de última geração; e b) a trajetória produtivista esgotou-se e outro paradigma está surgindo, tendo à frente as agroecologias, que visam ao crescente segmento de mercado de produtos orgânicos. Uma terceira corrente parece estar desenhando um outro cenário, no qual vários modelos produtivos podem co-habitar. Com estas notas de leitura, espera-se contribuir para o debate. Para tanto, parte-se da definição de alguns conceitos relacionados com as teorias do progresso técnico, confrontando-se diferentes pontos de vista. Face à emergência dos produtos e certificação territoriais, destacam-se os segmentos de mercado sensíveis a um novo padrão de qualidade.

2 Inovação e progresso técnico

As teorias do progresso técnico contribuem para que se compreenda o desenvolvimento tecnológico e as estratégias das firmas. Os seus primeiros autores (Kuhn, 1962; Dosi, 1982) analisam as mudanças técnicas através da noção de paradigma, introdução de produtos, de processos produtivos e de outras inovações, como as organizacionais e de gestão no ambiente das firmas. Embora cada firma pareça apresentar um problema específico, existem pontos comuns que suscitam a seguinte questão: como surgem as trajetórias tecnológicas?

Dosi (1982), usando o conceito de paradigma científico para explicar os processos de inovação, construiu a ideia de paradigma tecnológico. Trata-se de um modelo capaz de solucionar problemas técnicos e produzir novos conhecimentos, cujos proprietários procuram salvaguardá-los, tanto

quanto possível, contra uma difusão excessivamente rápida entre os concorrentes. Trabalha-se, ao mesmo tempo, com uma definição microeconômica (em relação às empresas) e mesoeconômica (em relação às indústrias). Existem procedimentos de pesquisa específicos para cada indústria, como a indústria de alimentos e automobilística, em que se consideram os paradigmas da revolução verde e do motor a explosão.

Os paradigmas tecnológicos definem as oportunidades de inovações sucessivas, em certa direção ou trajetória tecnológica. O uso da gasolina para combustão interna, seguido do ciclo diesel e, no Brasil, o uso do álcool e do biodiesel, definem uma trajetória tecnológica. Quando o paradigma esgota-se, são necessários conhecimentos completamente diferentes para o desenvolvimento de processos biotecnológicos ou do motor elétrico, por exemplo. Todavia, a inovação não é só tecnológica, mas, também, organizacional. A firma pode ser influenciada pelo *environment*, a exemplo do conhecimento que ela tira dos seus clientes ou dos seus fornecedores, para inovar.

Pavitt (1984), em sua taxonomia, classifica quatro grupos de indústrias. No primeiro, de máquinas e equipamentos, as inovações são, essencialmente, de processos, cristalizadas em bens de capital e intermediários, visando à redução de custos. No segundo, de peças e componentes, as inovações são de produtos, *inputs* de capital fixo. No terceiro grupo, de produção em massa, são importantes as economias de escala e as inovações de processos e de produtos, apropriadas via depósito de patentes. Mas é o quarto grupo que gera inovações radicais capazes de constituir novos paradigmas tecnológicos, provocando ruptura no velho paradigma. Já as pequenas inovações que se fazem num mesmo paradigma, ao longo de uma trajetória, são inovações incrementais.

Perez (1988), estudando as interligações industriais, observou que uma inovação radical começa a ser aplicada numa única indústria, que termina por influenciar as demais; a partir daí, ele construiu o conceito de paradigma técnico-econômico. Cada época histórica é marcada por

uma ou duas inovações radicais que acabam influenciando toda a economia, o que sugere uma interpretação schumpeteriana do ciclo Kondratieff. Após a difusão da inovação radical, os ganhos de produtividade tornam-se decrescentes, ao longo da fase ascendente do ciclo, quando são aplicadas inovações incrementais. O paradigma técnico-econômico é importante porque incorpora a dimensão organizacional das empresas e do trabalho. Comparado à noção microeconômica de Dosi, o papel da concorrência torna-se mais ativo. A emergência e o declínio do paradigma e a sucessão de ciclos econômicos permitem compreender a natureza do progresso técnico e sua relação com a economia.

Todo esse determinismo tecnológico tem sido criticado por vários autores, entre eles, Dockès (1990), para quem a dimensão institucional e social é passiva na teoria de Perez. De um lado, está o dinamismo inovador do paradigma técnico-econômico. De outro, o ambiente socioeconômico teria que se adaptar à evolução técnico-econômica. Mas, ao contrário, são os conflitos sociais que explicam a retomada e a forma do ciclo ascendente, contribuindo para resolver a crise do velho modelo produtivo: otimizar a produtividade dos fatores de produção; integrar pesquisa e desenvolvimento (P&D), organização e redes de comercialização; produzir somente o que vai ser vendido; produzir com qualidade e custo decrescente; considerar a demanda no processo produtivo; descentralizar as decisões, reduzindo hierarquias; e organizar a firma em rede.

Embora o Japão tenha sido um caso bem-sucedido do modelo de produção em massa flexível, um mesmo problema pode ter soluções diferentes em países diferentes. Ainda que os modelos alemão e sueco não se confundam com o japonês, diferentes combinações de recursos financeiros, humanos, tradições organizacionais e instituições podem resultar numa flexibilidade produtiva, com a mesma capacidade de responder à incerteza da demanda.

Inovações tecnológicas e organizacionais conduzem ao modelo produtivo ideal, que interage com o regime de acumulação e o modo de regulação que lhe concerne. Essa interação define uma trajetória nacional específica para cada país. Evolucionistas, regulacionistas e outros autores explicam a dinâmica econômica e a evolução histórica, revelando como uma trajetória é definida a partir de eventos iniciais e acidentes históricos,

para, depois, um efeito-irreversibilidade descartar as demais alternativas.

3 Produtos Territoriais

Não raro, gestores das políticas de desenvolvimento negligenciam a importância da extensão, mas, segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), “a modernização da agricultura deve muito ao sistema de pesquisa e extensão estruturado pelos governos” (PEREIRA; BERA, 2009, p. 15). Mais adiante, ele enfatiza a importância da P&D e a difusão da cultura da inovação como instrumentos estruturantes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec).

Embora possam ser encontradas referências a direitos autorais e ao registro de patentes, quase nunca se fala na certificação territorial, quando se trata de propriedade intelectual. Mais além das inovações de produtos, processos e até mesmo das inovações organizacionais, o que assegura a inserção soberana de uma nação é a valorização do seu patrimônio sociocultural e ambiental. O saber fazer de um território (espaço cultural e de identidades) é quase sempre negligenciado em favor da transferência e implantação de tecnologias exóticas. Entre estas, encontram-se também tecnologias desenvolvidas nacionalmente, em laboratórios e gabinetes distantes e distanciados da realidade – o que acaba degradando os recursos naturais, a memória tecnológica e a cultura das populações.

Nesse sentido, Wilkinson (2002) sugere que diferentes noções de qualidade estão em concorrência e contestação, revelando distintos valores por trás da aparente “neutralidade” de normas e técnicas. “O que para alguns são valores estéticos associados à produção artesanal, para outros são indicadores de ameaça à saúde pública. O que para alguns são valores de eficiência, para outros são externalidades inadmissíveis” (WILKINSON, 2002, p. 19).

Freire (2007), referindo-se ao risco que apresentam algumas inovações gastronômicas, relata vários casos de óbitos, frequentes na literatura, decorrentes, sobretudo, de más combinações de alimentos. “Desarranjos que se tornaram fatais ocorreram muitas vezes por um simples desencontro de sólidos e líquidos” (FREIRE, 2007, p. 4). Não se trata aqui de segurança alimentar no sentido da higiene, embora,

no extremo oposto, excessos sejam cometidos pela fiscalização preventiva e formadora, que “deu lugar à repressão, ao policiamento e à punição, sendo manifestamente despropositados os meios com que muitas vezes se abordam as atividades de rotina” (CARRITO, 2008, p. 2). O que está em causa é o patrimônio imaterial, a exemplo da chanfana¹, a cultura que deve ser protegida, conforme sustenta a presidente do Conselho Diretor da FPCG: “[...] não estamos a falar de questões de limpeza, higiene e asseio, que todos temos a obrigação de exigir [...] o que não queremos é continuar a comer gato por lebre, que os menos escrupulosos nos procuram impingir” (CARRITO, 2008, p. 2).

Além de problemas sanitários e formação de estoques, a segurança alimentar deve ter uma dimensão histórico-cultural, preservando-se o saber-fazer de cada território, diante do risco da padronização do alimento dominante. Proteger a gastronomia territorial ultrapassa os limites da simples segurança alimentar, daí a noção de soberania alimentar².

Lemos e Diniz (2005, p. 360) lembram que “a política industrial foca a firma e/ou setor produtivo, enquanto a unidade de planejamento da política regional é o território”. Analisando aglomerações industriais, ilustra potenciais conflitos e complementaridades entre as políticas “quando implementadas em um espaço econômico muito heterogêneo e fragmentado como o brasileiro”.

Ao mesmo tempo, essa heterogeneidade e fragmentação são enfatizadas por Tânia Bacelar de Araújo, ao afirmar que “o principal potencial do Brasil é a sua diversidade regional [...] a natureza diferenciada, seis biomas dentro do mesmo país, bases produtivas que fomos estruturando historicamente [...]” (ARAÚJO, 2008, p.13).

Todavia, como adverte Lemos e Diniz (*Ibid.*, p. 361) “[...] a instalação de firmas (ou mesmo grupos de firmas) em algumas regiões pode gerar fortes reações negativas, tais como deslocamento populacional e degradação do meio ambiente [...]” - ao que se poderia acrescentar, particularmente no que se refere ao semiárido: desestruturação familiar, perdas de população, de identidade e de “memória tecnológica”. Nenhuma população alcança o desenvolvimento enquanto não se reconhecer na sua história, enquanto não tiver orgulho da sua cultura e do seu local.

Os produtos territoriais possuem características sócio-culturais, históricas, ambientais ou

patrimoniais que os diferenciam dos seus concorrentes. Essa diferenciação opera a partir – e por meio – do seu território produtivo, o que confere aos produtos um caráter único, inimitável, e de alta especificidade. A Indicação de Procedência (IP) ou a Denominação de Origem (DO) é o reconhecimento maior dessa diferenciação imposta em um produto territorial, com toda a carga simbólica e imaterial de seu respectivo território certificado e reconhecido geograficamente.

Segundo Allaire (1995), recursos específicos geram qualidades específicas, seja no nível da agricultura orgânica (agroecologias), do turismo rural ou dos produtos territoriais. Essa definição de qualidade supõe a existência de uma coordenação entre um grande número de atores, estabelecendo-se acordos e negociações, num processo de construção social da qualidade. A construção social endógena dos produtos territoriais implica a introdução de instituições coletivas que estabelecem regras de qualidade e fornecem os meios para garantir o respeito a essas regras. Nesse sentido, é preciso compreender que os produtos territoriais consolidam um modelo de produção específico, cuja demanda de capacidades inovadoras é substituída pela inovação de organização da produção sob seu território³.

Os referenciais da Economia da Qualidade associam a qualidade subjetiva do produto a fatores de ordem mais ampla: condições éticas, culturais, ambientais e sociais de produção, dentre outras. Padrões de qualidade são revistos frente às exigências de um “consumidor consciente”. Esse novo consumidor é influenciado por um processo que se caracteriza por níveis crescentes de instrução da população, interesse crescente pelo patrimônio sócio-cultural e histórico, aumento do tempo de lazer, melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações, maior sensibilidade em relação às questões de higiene, sociais, saúde e ecológicas, maior interesse pelas especialidades gastronômicas tradicionais e pela valorização da autenticidade dos produtos territoriais.

Aaker (2001) destaca que a vantagem competitiva sustentável torna-se possível quando a organização estabelece uma estratégia que a diferencia dos demais concorrentes. Aponta também, citando Richers (2000), a segmentação, que “opera com a sensibilidade das pessoas, provocando reação positiva para algum apelo que lhes pareça ser digno de aceitação” (AAKER, 2001, p. 102). É nesse ambiente que se inserem os

produtos territoriais certificados, geograficamente reconhecidos ou não. O conceito de produtos territoriais está relacionado com o que se denomina Economia da Qualidade - algo próximo a um novo modo de acumulação.

Convém analisar a qualidade enquanto fenômeno dinâmico, evolutivo, recorrendo-se à sua contextualização histórica. A crescente importância de mercados segmentados, por oposição ao mercado padronizado, não é um fenômeno accidental ou temporário: é antes o resultado da evolução do modelo de sociedade e da mudança comportamental do consumidor final. Esse novo consumidor, referido na literatura como “consumidor consciente”, busca o reconhecimento histórico dos produtos, bem como soluções individuais ou não padronizadas.

Assim, identificam-se dois tipos de mercado: o mercado de consumo de massa, cujos produtos padronizados primam pela homogeneidade e satisfação das necessidades correntes; e os segmentos específicos, em especial os territoriais, que emergem como nichos de mercado onde os produtos permanecem confinados desde os primeiros tempos de sua existência. As diferenças dos referenciais de qualidade dos modelos de produção industrial massificada e a de produtos territoriais são consequência de uma nova dinâmica econômica.

Observando-se os modos de acumulação, pode-se afirmar que, na primeira metade do século XX, a organização planificada e a mecanização tayloristas requeriam a qualidade como algo técnico, especialmente o controle da conformidade dos produtos. A satisfação das necessidades do consumo era assegurada via normalização técnica. A partir da década de 1970, observa-se uma crise no modelo de produção vigente. Todavia, o novo modelo econômico não se constituiu apenas um sistema de inovações. Paralelamente, afirmaram-se novos valores sócio-culturais e histórico-políticos que foram modificando o comportamento dos consumidores e influenciando a relação oferta-procura. O novo modelo substituiu o consumo de massa padronizado pela especificidade do cliente, segmentando mercados, e, como tal, desenvolveu um sistema de produção diferenciado, orientado para satisfazer um consumidor motivado pelo desejo de personalizar o seu consumo.

Essa nova perspectiva produtiva inaugura um processo de valorização dos produtos territoriais certificados, uma vez que estes representam

produtos relacionados à qualidade e à diferenciação, através da ligação do produto ao seu respectivo território, ou seja, à sua história. Trata-se de uma especificidade não técnica, importante aos olhos do consumidor atento a representações que apelam ao seu imaginário, aos valores que correspondem às suas demandas de referências espaciais e temporais, de tradição e identidade, num contexto em que as fronteiras se debatem com a mobilidade, urbanização e globalização, mas onde o interesse pelo local assume primordial importância. Wilkinson (2002) afirma que a era fordista, caracterizada pelo critério de preço/quantidade, perdeu um espaço representativo para a Economia da Qualidade, onde o critério predominante é o da qualidade como base da concorrência e das estratégias de *marketing*. Em outras palavras, o *marketing* contemporâneo conecta o produto a apelos sobre a preservação da natureza, saúde, ecologia, aos valores sociais e à tradição; em última instância, o marketing pode conectar o produto a um território que valoriza tais apelos - trata-se aí do *marketing* territorial.

4 Conclusão

Vinculada a uma concepção técnica e mensurável da qualidade, a padronização da produção colide com a diversidade do consumo, que redefine os seus referenciais. Essa dinâmica atinge tanto a grande indústria “de massa” quanto a indústria dos produtos territoriais; esta última mobilizada para atender aos novos padrões. Vale salientar que o pós-fordismo não representa o fim da produção em massa, mas a possibilidade da coexistência de diferentes modelos de produção. No contexto local-regional, as formas de organização produtiva foram afetadas pelas transformações tecnológicas e organizacionais: os produtos territoriais - com qualidade superior, frente a uma economia crescentemente globalizada e com novos referenciais de qualidade, tiveram reformulada a sua estrutura produtiva, na busca e conquista de vantagens competitivas sustentáveis. Finalmente, não se pode afirmar que um novo paradigma já predomina sobre o modelo produtivista. Todavia, é razoável admitir que o momento é de transição, em que convivem diferentes modos de acumulação. Essa convivência reflete a própria segmentação do mercado, podendo vir a ser durável, portanto ●

Notas:

¹ Prato típico, de tradição portuguesa, a chanfana já é protegida como parte do patrimônio imaterial. No Piauí, infelizmente, muitos alimentos e pratos regionais estão sendo descharacterizados por intervenções externas.

² Maiores detalhes sobre o conceito de soberania alimentar encontram-se em Santos *et al.* (2009).

³ "Sob" o seu território, entendido como projeto político - em vez de "sobre"; considerando-se que território não é tratado aqui apenas como espaço físico.

Referências

AAKER, D. A. **Administração Estratégica de Mercado**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ALLAIRE, G. De la productivité à la qualité: transformations des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire. In: ALLAIRE, G. ; BOYER, R. (Eds.). **La grande transformation de l'agriculture**: lectures conventionnelles et régulationnistes. Paris: INRA/Economica, 1995.

ARAÚJO, T. B. Entrevista. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, IPEA, a. 5, n. 45, 2008.

CARRITO, M. A riqueza da nossa gastronomia está em perigo! Editorial. **Gastronomias**, revista da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronômicas - FPCG, Vila Nova de Poiares, Portugal, v. 2, n. 4, jan. 2008. ISSN 1646-7787.

DOCKÈS, P. Formation et transferts des paradigmes socio-techniques. **Revue Française d'Economie**, Paris, v. 4, n. 5, automne, 1990.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, v. 11, n. 3, p. 147-162, jun. 1982.

FREIRE, L. Voz do confrade. **Gastronomias**, revista da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronômicas - FPCG, Vila Nova de Poiares, Portugal, vol.1, n.3, nov. 2007. ISSN 1646-7787.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolution**. Chicago: Chicago University Press, 1962.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PAVITT, K. Patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, v.13, n.6, p.343-73, 1984.

PEREIRA, M. F.; BERA, M. G. Potencial para criação de empreendimentos de base tecnológica com os conhecimentos gerados em pesquisa. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, UFPR, a. 5, v. 16, jan./mar. 2009, p.143-150.

PEREZ, C. New technologies and development. In: FREEMAN C., LUNDVALL B. A. **Small countries facing the technological revolution**. London: Frances Pinter, 1988.

SANTOS, G. J. *et al.* Agrocombustíveis, segurança e soberania alimentar: elementos do debate internacional e análise do caso brasileiro. **Análise & Dados**, Salvador: Bahia, n. especial sobre Biocombustíveis e crise de alimentos, 2009.

WILKINSON, John. **Sociologia econômica: a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 2002.

* **Economista. Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Estudos Rurais Integrados, pela Universidade de Toulouse II (Le Mirail); e Pós-Doutorado pelo Instituto de Altos Estudos Mediterrâneos, Montpellier- Universidade de Paris I e Universidade de Rouen.**

** **Analista Internacional, Mestre em Economia Regional. Integra o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar - UFBA/CNPq.**

POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: Nova Santa Rita*

por Maria de Jesus Rodrigues Alves** e Maria do Socorro Lira Monteiro***

Em consonância com Carvalho (1988), as áreas do semiárido são faixas de território com aspectos variáveis, relativamente ao clima, solo, vegetação, produção agrícola, pastoril e modo de vida. Possui como marca comum às zonas áridas, a seca, que consiste em um fenômeno climatológico caracterizado pela ausência, escassez, reduzida frequência, quantidade limitada e má distribuição de precipitações pluviométricas durante as estações chuvosas.

De acordo com Ribeiro (2007), o semiárido brasileiro, por sua vez, caracteriza-se pela presença do bioma Caatinga, com 73% de plantas

xerófilas, as quais consistem no ajustamento fitológico do mundo vegetacional às imposições do meio ambiente e dos séculos de baixa pluviosidade. A Caatinga - enquanto vegetação caducifólia - adapta-se às peculiaridades do clima, pois na convivência com o meio ambiente armazena água nos caules e raízes.

Segundo Andrade (1987), foi a partir do século XX que uma parcela da sociedade brasileira passou a debater os desequilíbrios entre as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas do país, despertando preocupação com os fenômenos naturais, como as secas que aconteciam